

O lugar da favela no noticiário carioca

Uma análise do enquadramento em O Globo e JB

The place of the favela in Rio's media

An analysis of the framework in O Globo and JB

Carla Baiense

Doutora em Comunicação e Cultural pela ECO/UFRJ. Professora do curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do projeto de extensão O Casarão – laboratório de produção e análise crítica da mídia impressa e digital.

E-mail: carlabaienses@yahoo.com.br

RECEBIDO EM: 18/03/2014

ACEITO EM: 17/05/2014

DOSSIÊ

RESUMO

O presente trabalho analisa as transformações no discurso midiático a respeito da favela a partir dos anos 1980 a partir do estudo comparativo de reportagens publicadas em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*. O levantamento mostra que, até meados da década de 1990, as matérias enquadravam a favela como lugar de ausência, endereçando os favelados como vítimas de uma sociedade injusta e construindo o combate à pobreza como questão pública. Esta concepção modificou-se após o desencapsulamento do tráfico de drogas (Machado da Silva, 2004) e o crescimento da criminalidade violenta (Misse, 2006) na cidade. A cobertura cada vez mais espetacular dos crimes cometidos por traficantes e sua associação com áreas faveladas produziu um enquadramento a partir do qual estes territórios passaram a ser vistos e tratados politicamente: o de áreas de risco.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; enquadramento; risco.

ABSTRACT

This paper analyzes the changes in media discourse about the slum from the 1980s from the comparative study of articles published in the brazilians newspapers *O Globo* and *Jornal do Brasil*. The survey shows that, until the mid-1990s, the materials framed the slum as a place of absence, addressing the squatters as victims of an unjust society and building the fight against poverty as a public issue. This design was changed after the uncoating of drug trafficking (Machado da Silva, 2004) and the growth of violent crime (Misse, 2006) in the city. The increasingly spectacular coverage of crimes committed by traffickers and their association with slum areas produced a frame from which these territories were seen and treated politically: the risk areas.

KEYWORDS: Favela; framework; risk.

O presente artigo objetiva uma análise que se alicerça nas práticas vividas do e no No momento em que uma série de acontecimentos põe em cheque a política de segurança implementada nos últimos quatro anos nas favelas do Rio de Janeiro, a reflexão sobre o sentido e os efeitos da adoção de um projeto baseado no conceito de pacificação parece mais que oportuna. Não nos referimos ao debate sobre a eficácia nem sobre os métodos utilizados para promover a “pacificação” de favelas, mas à própria ideia de pacificação. Apenas num contexto de guerra torna-se possível falar numa política pública que evoca o conceito de paz como sinônimo de segurança. Cabe perguntar, então, com quais representações a de um território em guerra dialoga?

As representações sociais da pobreza urbana na mídia frequentemente a associaram a ideia de ausência ou de carência. Mas a maneira de estabelecer as causas e consequências da pobreza, bem como de endereçar os afetos da audiência dentro do discurso jornalístico, se modificaram ao longo do tempo, revelando novas concepções sobre o papel da sociedade junto à população carente.

O lugar dos pobres no noticiário da grande mídia sofreu uma transformação radical no final dos XX¹, com a ampliação do espaço nos jornais dedicado à cobertura da chamada criminalidade violenta – estupros, latrocínios, homicídios –, justamente aquela vinculada à pobreza². Apresentados como protagonistas destes eventos, os pobres são associados à deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades e ao aumento da insegurança cotidiana.

O símbolo desta nova sociabilidade urbana é a favela carioca, lugar dos pobres num duplo sentido, onde se concentra a origem dos riscos aos quais os cidadãos estão sujeitos. Apesar de repetida exaustivamente, esta é uma construção retórica recente, que revela não apenas uma mudança no ritmo de vida das grandes cidades, mas uma nova forma de atribuir a responsabilidade de cada um na transformação da sociedade.

Ao longo dos anos 1980, o discurso da grande mídia sobre a pobreza contida nas favelas cariocas apresentava como constante a ideia de que por trás das mazelas sofridas pelos moradores havia uma causa geradora: a injustiça social. Neste sentido, a existência de pobres, assim como de outros grupos marginalizados, era um sintoma, ou um produto, de uma sociedade injusta e a transformação desta estrutura social perversa poderia pôr fim a esta anomalia.

Esta construção narrativa dialoga com a concepção de anomia, formulada por Durkheim (apud Rock, 2002) para explicar as transformações sociais na passagem da sociedade pré-industrial, na qual havia uma solidariedade mecânica entre seus membros, para a sociedade industrial, em que emerge uma nova forma de solidariedade, muito menos definida por convenções morais universalmente aceitas. O autor defende que numa sociedade onde a regra moral pode não ser substantiva e unânime e não há um suporte de repressão e desaprovação ao desvio, as pessoas podem sentir-se livres para desviar.

Desta construção deriva a segunda concepção de anomia, elaborada por Merton

¹ As reportagens analisadas neste trabalho, bem como as comparações estatísticas, fazem parte do corpus da pesquisa para a tese de doutorado defendida pela autora (Felix, 2012).

² Misse (2006) considera que a mídia enfatiza os crimes ligados à pobreza porque são aqueles que têm maior repercussão social.

(apud Rock, 2002) em meados do século XX para explicar o crescimento da criminalidade e sua associação com os pobres. Para ele, a anomia produziu “um estado social de descontentamento e desregulação que gerou crime e desvio como parte das funções rotineiras de uma sociedade que promete mais para todos, mas atualmente nega acesso igual às suas promessas” (Rock, 2002, p.53).

Estas duas concepções de anomia permearam uma série de estudos sociológicos no final do século XX e influenciaram os discursos jornalísticos e a opinião pública a respeito do crescimento da violência e sua associação com a pobreza nas principais capitais brasileiras. As narrativas jornalísticas sobre crime traziam subjacente a ideia de que por trás do fenômeno havia uma estrutura social profundamente injusta, incapaz de gerar bem-estar a todos, marcada, portanto, por uma violência estrutural.

A partir deste contexto é possível compreender, por exemplo, reportagens como a publicada no dia 21 de janeiro de 1986, no *Jornal O Globo*: “Invasores ocupam conjunto”, que conta a história da ocupação de 980 casas no conjunto habitacional Venda das Pedras, em Itaboraí, por moradores de regiões pobres vizinhas. A reportagem procura ouvir as histórias de vida dos invasores e entender o que os levou a cometer a infração. Também enfatiza o caráter pacífico da invasão e o espírito ordeiro daquelas pessoas, como se vê nos trechos seguintes.

(...) Segundo o vigilante José Luis Pinheiro, as reuniões não eram encabeçadas por nenhuma associação; mas, a cada encontro, os participantes se convenciam ainda mais de que a solução seria invadir as casas. (...) O ambiente do conjunto invadido era de tranquilidade e muito trabalho ontem à tarde. Em todas as quadras, os invasores cuidavam de capinar, limpar as ruas e lavar as janelas e o chão das casas. (...) a faxineira Nelma da Silva, de 26 anos, três filhos, marido desempregado, contou que seu barraco em Venda das Pedras foi destruído pela chuva. (Invasores..., 1986)

A distinção entre criminosos e necessitados é claramente estabelecida a partir do emprego de vocábulos como trabalho e desemprego, para caracterizar a situação dúbia dos protagonistas: são trabalhadores e estão desempregados. São pessoas de bem, mas infringiram a lei.

No *Jornal do Brasil*, a reportagem sobre o evento é ainda mais enfática em apontar as causas para a infração, como se apreende do trecho reproduzido a seguir. “Botar uma porção de casas novas e vazias na frente de favelado é a mesma coisa que colocar comida ao alcance de faminto; ninguém resiste” (Invasores..., 1986).

Esta relação entre o comportamento desviante e a contingência social fica ainda mais clara em reportagens sobre outros tipos de crimes, como os grandes assaltos que povoaram as páginas de jornais ao longo dos anos 1980. É somente dentro de uma sociedade que concebe o crime como produto da injustiça social que podemos compreender reportagens como “Internos param trabalho em mais três presídios”, veiculada pelo *Jornal do Brasil* em 17 de outubro de 1986.

(...) Em documento assinado pelos líderes da Falange Vermelha na Ilha Grande, os presos explicam que decidiram, em assembléia com todo o coletivo daquele Instituto penal, paralisar suas atividades em decorrência da opressão imposta pelo atual diretor e após esgotada nossa paciência, após meses tentando uma convivência harmoniosa, diante do abandono insustentável em que formos rel-

A reprodução do texto da carta dos detentos de Ilha Grande nos dias de hoje soaria como demonstração do sarcasmo e ousadia dos bandidos ou da incapacidade do Estado em reabilitá-los. Mas no período que antecedia o retorno democrático justificava-se plenamente. O direito à livre expressão, cerceado por rígidos órgãos de controle durante o período militar, era visto como fundamental à consolidação democrática. Da mesma forma, atos de tortura ou outras atitudes ilegais e repressivas que lembrassem os anos de ditadura eram dignos de denúncia.

Embora protagonizados por personagens bastante diferentes, a construção discursiva de ambos os eventos trazem aspectos em comum. A primeira diz respeito à concepção do papel da política na transformação dos comportamentos desviantes, subjacente a ideia de que os desvios não são produtos de personalidades pervertidas, aberrações individuais, que devem ser contidas pela força, mas sintomas de uma sociedade injusta, que deve ser transformada pela ação política.

Esta crença atravessa o Século XX como uma herança iluminista. Confiante no futuro, o Iluminismo acreditava que, junto ao progresso técnico, se desenvolveria o progresso dos espíritos. Os desvios de comportamento, neste sentido, eram entendidos como produto da ausência de meios de vida civilizados, que poderiam ser corrigidos com a aquisição de uma melhor instrução, o acesso à cultura e às artes (Condorcet, 1993), em outras palavras, por uma ação política.

Permeadas por esta ideia, as duas estruturas discursivas buscam entender as causas pelas quais os personagens dos dois acontecimentos cometem infrações. A escolha de vocábulos e as declarações em primeira pessoa caracterizam o respeito pela individualidade das fontes e a validade do seu discurso.

A segunda característica em comum aos textos diz respeito à maneira pela qual o discurso midiático constrói o protagonista e a audiência no interior da narrativa. Nos dois casos, o protagonista da ação é identificado como vítima da injustiça social, levado pela contingência do momento a inclinar-se para a marginalidade.

Já a audiência é chamada a indignar-se com as causas geradoras da ação. Neste sentido é co-responsável por ela, uma vez que, podendo modificar a situação, através de uma ação política, nada faz. Ou, pior ainda, beneficia-se da estrutura social injusta que causa sofrimentos como aqueles. É importante ressaltar o fato de que não há correspondência entre o lugar da vítima dos acontecimentos e o lugar da audiência. Ainda assim, cria-se um vínculo de solidariedade em torno da defesa dos direitos humanos.

Tal maneira de narrar os sofrimentos do outro é específica do que Arendt (2001) chama de política da piedade. Identificada com o advento da Revolução Francesa, que expôs de maneira brutal o sofrimento alheio, a política da piedade expressa a crença numa regra moral universal e na possibilidade de evitar o sofrimento a partir de uma ação política.

Essa crença se traduz numa estrutura narrativa peculiar. Para que haja piedade, é preciso que o narrador e a audiência não participem do sofrimento narrado. Neste caso,

os leitores ocupam o lugar dos felizes que devem agir politicamente para reduzir os sofrimentos dos infelizes (Vaz; Cardoso; Felix, 2012). Assim, a audiência é chamada a uma ação política.

No caso brasileiro, especificamente, muitas reportagens da época associam o desequilíbrio social aos anos de ditadura e professam a crença na redemocratização como solução política para injustiças históricas. Arbitrariedades e desrespeitos aos direitos fundamentais dos cidadãos eram vistos como ameaças à democracia e ao equilíbrio social. Neste contexto é que podemos analisar a reportagem “Grupos antitortura dão apoio à viúva do pintor morto por espancamento”, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 19 de junho de 1986. A matéria retrata como a sociedade encarava seu papel na reparação de injustiças. O trecho a seguir torna a ideia mais clara.

Convencidos - depois de verem o rosto do morto - de que o biscateiro Carlos Alberto da Silva Andrade morreu mesmo em consequência de espancamentos na 10ª Delegacia Policial, em Botafogo, onde esteve preso por vadiagem por 18 dias, líderes dos grupos Tortura Nunca Mais, Comitê Teotônio Vilela, Pastoral Penal, Defesa dos Direitos Humanos e os deputados Luiz Vieira e Lúcia Arruda notificaram solidariedade à companheira dele, Maria Almeida Vasconcelos. (Grupos..., 1986)

A especificidade do momento político brasileiro, a crença iluminista no progresso dos espíritos e a maneira peculiar de narrar os sofrimentos nas reportagens publicadas ao longo da década de 1980 produzem um enquadramento específico da favela no noticiário.

O conceito de enquadramento (Goffman, 2012) nos parece especialmente útil quando não temos a intenção apenas de identificar apenas os temas tratados nos textos jornalísticos, mas tentamos apreender os sentidos socialmente partilhados no circuito de produção e consumo de notícias. Dessa forma, avança no sentido de estudar os mecanismos pelos quais a mídia estabelece como pensar determinados temas, definindo a janela (frame) a partir da qual devemos olhar determinada questão e influenciando o senso-comum.

A reiteração de estruturas narrativas típicas – como “outro caso de” ou “mais uma vez” – são direcionadores para que narrador e leitor acionem seus repertórios e partilhem os significados implícitos no noticiário. Da mesma forma, o uso de vocábulos associados a determinado contexto, o acionamento de argumentos morais, a identificação de problemas e a proposição de soluções nos remetem a assumir um ponto de vista a partir do qual determinadas notícias “devem” ser lidas e interpretadas³.

No nosso caso específico, é partir da ideia de carência que a favela é enquadrada em boa parte das reportagens do período, em que o combate à pobreza aparece como questão pública.

Isto fica evidenciado não apenas na cobertura de crime, mas, sobretudo, nas notícias sobre saúde, educação, trabalho e moradia. Numa amostra de 42 edições, publicadas nos

³ Utilizamos o conceito de pacote interpretativo (Beckett, 1997) ou matriz de assinatura (Gamson, 1989 apud Hallahan, 1999), que propõem a identificação dos elementos - os princípios morais acionados na argumentação, as causas apontadas para o problema, as palavras-chave, os exemplos e a posição ou solução defendida – para identificação dos frames.

anos de 1984, 1985 e 1986⁴, encontramos 27 reportagens sobre favela no *Jornal do Brasil* e 73 em *O Globo*. No primeiro jornal, chama atenção não apenas o pequeno número de matérias, mas a prevalência do frame carência, presente em 44% da amostra. A produção de um espaço ligado à violência aparece em 37% dos casos. Na tabela abaixo (tabela 1), é possível acompanhar o número de matérias encontradas e seus respectivos enquadramentos nos três anos analisados durante a década.

TABELA 1 – Enquadramento *Jornal do Brasil* – Anos 1980

Questão Pública	Enquadramento	Matérias 1984	% 1984	Matérias 1985	% 1985	Matérias 1986	% 1986
Emprego	Carência	2	25%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	4	50%	0	0%	4	36%
Educação	Carência	0	0%	0	0%	1	9%
Saúde	Carência	0	0%	1	13%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/Violência	0	0%	1	13%	1	9%
Fonte de violência	Criminalidade/Violência	1	13%	2	25%	0	0%
Venda de drogas	Criminalidade/Violência	0	0%	0	0%	0	0%
Território sitiado	Criminalidade/Violência	0	0%	1	13%	4	36%
Sujeira	Manchana paisagem urbana	0	0%	0	0%	0	0%
llegalidade	Manchana paisagem urbana	1	13%	0	0%	1	9%
Berço do Samba	Cultura popular/Autência	0	0%	0	0%	0	0%
Disputa por votos	Cultura popular/Autência	0	0%	3	38%	0	0%

Em *O Globo*, que já dedicava na década um espaço maior para a cobertura dos eventos da cidade, a favela tem uma presença mais importante no noticiário e aparece de forma mais frequente ligada à criminalidade. É a partir deste frame que 56% das reportagens constroem a favela. Mas é preciso problematizar os tipos de crime que aparecem e os sentidos produzidos nos textos. Na maior parte deles – 31% – a favela aparece como território sitiado pelo crime, não como fonte da violência que ameaça a cidade – frame que enquadra apenas 8% das reportagens. A ideia de carência tem, ainda, um peso importante no noticiário, enquadrando a favela em 34% de todas as reportagens analisadas, como se vê na tabela 2.

TABELA 2 – Enquadramento *O Globo* – Anos 1980

Questão Pública	Enquadramento	Matérias 1984	% 1984	Matérias 1985	% 1985	Matérias 1986	% 1986
Emprego	Carência	5	19%	0	0%	0	0%
Habitação	Carência	5	19%	3	11%	4	21%
Direitos humanos	Carência	1	4%	1	4%	1	5%
Saúde	Carência	2	8%	3	11%	0	0%
Crime comum	Criminalidade/Violência	3	12%	0	0%	5	26%
Fonte de violência	Criminalidade/Violência	4	15%	0	0%	2	11%

⁴ A seleção da amostra se deu de forma aleatória, por sorteio, para evitar qualquer viés. Foram sorteadas 12 edições por ano e usadas as mesmas datas para os dois jornais.

Venda de drogas	Criminalidade/Violência	3	12%	1	4%	0	0%
Território sitiado	Criminalidade/Violência	1	4%	17	61%	5	26%
Ilegalidade	Manchana paisagem urbana	1	4%	2	7%	0	0%
Ameaça ecológica	Manchana paisagem urbana	0	0%	0	0%	1	5%
Berço do Samba	Cultura popular/Autência	1	4%	1	4%	1	5%
Disputa por votos	Cultura popular/Autência	0	0%	3	38%	0	0%

No início dos anos 1990, no entanto, uma nova maneira de conceber o sofrimento do outro começa a se delinear na narrativa midiática. O quadro a partir do qual emerge é dado por uma série de transformações políticas, sociais, históricas e culturais globais, que afetaram as sociabilidades nos grandes centros.

O Rio de Janeiro, como outras grandes metrópoles, registrou um aumento crescente das taxas de homicídios, roubos e outros crimes. Segundo relatórios estatísticos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, entre 1982 e 1990, houve um crescimento superior a 50% no número de homicídios dolosos e encontro de cadáver (apud Misse, 2006). Some-se a estes números a certeza de que boa parte dos crimes ocorridos na cidade sequer é registrada para ser ter uma ideia do crescimento da criminalidade no período.

Como dissemos, a explicação para o aumento deste tipo de crime, que começou a ganhar visibilidade a partir dos anos 1970 e foi associado, no imaginário social, à concentração de uma população pobre nos centros urbanos, derivava em alguma medida do conceito de anomia. “A percepção de aumento da criminalidade se associava, assim, à percepção de aumento das desigualdades de renda e de miséria urbana, num país que passava por rápido processo de transformações urbanas e industriais” (Misse, 2006, p.64).

A partir da década de 1990, no entanto, a cobertura deste tipo de crime ganhou novos contornos. Os grandes assaltos a bancos e os roubos a residências, que marcavam presença constante no noticiário do início dos anos 1980, paulatinamente deixaram espaço para os crimes ligados ao tráfico de drogas, que incorpora uma nova dinâmica a partir do final da década. Essa nova fase do tráfico de drogas de varejo caracteriza-se pelo domínio territorial das favelas e morros da cidade e pelo uso intensivo da violência como forma de assegurar os pontos de venda.

É dentro desta complexa dinâmica cultural, marcada por globalização econômica, redução do papel do Estado, democracia política, desigualdade social⁵ e crescimento da criminalidade violenta que assistiremos à emergência de um novo discurso sobre a favela e seus efeitos sobre a proposição de políticas públicas.

Como em todo momento de transição, no início dos anos 1990 o discurso da mídia a respeito da pobreza é oscilante. Ora se fixa na ideia de que é necessária uma intervenção

⁵ Segundo relatório do PNUD de 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro, por exemplo, era de 0,639, o 9º do país. Em 2010 chegou a 0,799, embora tenha caído para a 45ª posição. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 02 jun. 2014.

política para reduzir a desigualdade e reverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades, ora defende a ampliação dos mecanismos de repressão policial para conter o crescimento da violência urbana.

Sintomático desta dualidade é o debate a respeito do endurecimento das penas para crimes hediondos, desencadeado por uma onda de sequestros e crimes violentos que ganhou as páginas dos jornais a partir do final de 1992. Dois episódios, em especial, marcaram o debate: o assassinato da jovem Mirian Brandão, em Belo Horizonte, por dois homens, e a morte da atriz Daniella Perez, executada pelo casal Guilherme de Pádua e Paula Thomaz.

O ministro da Justiça Maurício Corrêa propôs ontem ao presidente Itamar Franco uma articulação com os governos estaduais para coibir a onda de sequestros e crimes violentos no país (...) O ministro ressaltou que o presidente 'abre as discussões em torno da pena de morte e da prisão perpétua para provocar a sociedade a discutir a criminalidade no país. (Corrêa...,1993)

A apresentação de argumentos contra e a favor da pena, no entanto, questiona a eficácia do endurecimento das penas como solução para o crescimento da violência. Estes argumentos aparecem em reportagens como "Evandro é contra a consulta" e "Nos EUA, crimes não diminuiram", publicados na mesma página. O Jornal **O Globo** mostra menos precaução ao discutir o assunto. Duas reportagens em especial revelam uma representação do senso-comum bem mais inclinada à punição de crimes hediondos com mais rigor. Em "Pesquisa mostrou maioria favorável", publicada no dia 11 de janeiro de 1993, o jornal relembra os dados de uma pesquisa feita pelo Infoglobo em fevereiro do ano anterior. Observe-se que a pesquisa foi realizada sob o impacto de um evento completamente diferente dos observados naquele janeiro de 1993. Mas as forças dos dados acaba por encobrir o fato.

A pesquisa efetuada após a morte por PMs de um assaltante desarmado e preso, indicava que 55,7% dos entrevistados eram favoráveis a pena capital. A consulta mostrou que 29,2% dos entrevistados defendiam a pena de morte porque consideravam ineficaz a atuação da Justiça para inibir a criminalidade. Para 23,8%, a pena de morte foi apontada como a melhor maneira de acabar com a escalada criminosa na cidade, enquanto 23,4% justificavam a necessidade da medida com a alegação de que os presídios não têm condições de recuperar os detentos. (Pesquisa...,1993)

Em "Simon pede debate sobre a pena de morte", o jornal convoca duas vozes poderosas para a discussão: a Igreja e o Estado. O líder do Governo no Senado, Pedro Simon, é o primeiro a se pronunciar a favor de um plebiscito para ouvir a opinião pública sobre

a questão: "-Menos até que o caso triste da atriz Daniella Perez, da Rede Globo, o que causou grande revolta foi o assassinato da menina Mirian Brandão, sequestrada em Minas Gerais, e que parece ter sido queimada viva. Isso cria no país um clima de revolta e medo". (Simon..., 1993)

Num outro trecho, a Igreja, tradicional opositora à pena de morte, também se pronuncia de maneira favorável: "(...) Em Belo Horizonte, o bispo Werner Siebembrock considera viável um estudo sobre a adoção da pena de morte no Brasil. (...) - Teologicamente e biblicamente a pena de morte é aceitável - disse". (Simon..., 1993)

A opinião é referendada por outra voz religiosa. Na reportagem “Padre: ‘Aplicação da pena não é pecado’”, o jornal dá o tiro de misericórdia sobre os argumentos contra a ideia de que uma consulta popular sobre a adoção da pena de morte é moralmente inaceitável. Invertendo a ideia de que é preciso investir na recuperação do infrator, que está na base do sistema penal, o padre defende a morte do infrator para a recuperação da sociedade. “O padre espanhol Emílio Silva de Castro, de 90 anos, autor do livro ‘Pena de morte já’, na terceira edição, reforçou ontem sua opinião de que a aplicação da pena capital não configura pecado, desde que a punição seja usada para ‘salvar a vida da sociedade’”. (Padre..., 1993)

O que a cobertura do episódio revela é uma transição na maneira de conceber as relações causais entre crime e sociedade. A despeito do fato de os crimes retratados se configurarem como hediondos, não vinculados diretamente à pobreza, ambos são produzidos dentro de uma sociedade que se relaciona cada vez mais pela violência e abandona, aos poucos, padrões éticos e de solidariedade. A resposta do Estado por que clamam as reportagens de **O Globo**, especificamente, é mais força e violência.

Vale a pena lembrar que, além dos crimes relatados, a pena de morte era pensada como solução para conter outros tipos de delitos, como os sequestros, cada vez mais frequentes no país. E que além da pena de morte, há uma pressão pelo endurecimento das penas para outros crimes, uma vez que o sistema penal mostra-se incapaz de recuperar os presos.

A ideia de uma sociedade co-responsável pela desigualdade e, portanto, com um papel ativo na distribuição de oportunidades iguais para todos, cede lugar à crença num estado responsável pela contenção dos riscos aos quais, virtualmente, toda sociedade está exposta. O fim do credo na recuperação de detentos e na afirmação dos direitos humanos para todos é um sintoma deste período de transição.

Neste tipo de construção narrativa, o Estado se constitui como fonte de dor e sofrimento, incapaz de evitar os riscos que assolam a sociedade. O leitor, por sua vez, é chamado a ocupar o lugar de vítima virtual (Vaz, 2012) dos episódios narrados.

Mas, como dissemos, embora este pensamento esteja em vias de consolidar-se como hegemônico, ainda se vislumbram episódios marcados por uma narrativa típica da política da piedade. Num desses episódios, que se constituirá em objeto da nossa análise, ambas as narrativas se entrelaçam de maneira complexa, revelando toda a densidade de um período repleto de mudanças rápidas, para as quais a sociedade apresenta respostas incompletas e muitas vezes contraditórias.

TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS

O dia 23 de julho de 1993 ficou marcado por um dos mais tristes episódios da história recente do Rio de Janeiro. Durante a madrugada, um grupo de seis policiais atacou e matou a tiros sete meninos entre 11 e 19 anos, que dormiam sob a marquise da Candelária, um dos lugares históricos mais conhecidos da cidade.

No dia 24, os jornais **O Globo** e **Jornal do Brasil** dedicaram diversas páginas à cobertura do assunto, revelando o tom do debate sobre as conexões entre pobreza e criminalidade. É importante observar o fato de que as duas coberturas estabelecem uma con-

exão causal entre a vitimização dos meninos de rua e o abandono social em que se encontram. Mas se em alguns momentos a mídia reconhece o papel da sociedade na reparação de uma injustiça flagrante, em outros transfere a responsabilidade inteiramente para o Estado, isentando-se de qualquer outra atitude, a não ser a de cobrar uma ação dos governos.

Para dar destaque à cobertura, o *Jornal do Brasil* retirou as páginas da editoria Cidade do primeiro caderno, produzindo um caderno especial com seis páginas. Já na capa do caderno, uma reportagem, em tom de editorial, dá a dimensão do crime. O texto de “Uma catedral no coração da cidade” é sintomático de uma sociedade que ainda se resente dos anos de ditadura e reivindica a defesa dos direitos humanos.

Não foi a primeira vez que a história da Candelária se confundiu com o destino dos marginalizados e perseguidos. Durante o regime militar, manifestantes se abrigaram no seu interior e, a partir dos anos 80, passou a ser palco de todos os tipos de manifestação, como as Diretas Já, em 1984, que reuniu 1 milhão de pessoas. (Uma catedral..., 1993)

A associação entre o crime na porta da Candelária e os atos políticos de resistência à ditadura que ali se desenvolveram traz à tona a ideia de que a sociedade ainda precisa desempenhar um papel político na defesa do mais elementar dos direitos democráticos: o direito à vida. Mas, aqui, o interdiscurso que conclama a sociedade a uma ação política surge de maneira velada. Já na página 4, o artigo de Aguinaldo Silva “Todos somos responsáveis” é mais explícito: “(...) essas crianças são ladrõezinhos porque estão abandonadas na rua. Portanto, crime mesmo quem está cometendo são os responsáveis por eles, que os abandonaram. E os responsáveis somos todos nós”. (Silva, 1993).

Embora se trate de um artigo, o texto é exemplar porque mostra, em certa medida, um pensamento ainda corrente àquela época: o de que o abandono dos meninos nas ruas é responsabilidade da sociedade. Chega mesmo a ser curiosa a inversão de expectativas operada pelo autor nos dois últimos períodos “Portanto, crime mesmo quem está cometendo são os responsáveis por eles, que os abandonaram. E os responsáveis somos todos nós”. Ao menos aos olhos de um leitor de hoje, a ideia de que os responsáveis são os pais das crianças, ou o estado omissivo seria o complemento “natural” ao primeiro período.

Poucos anos mais tarde, a sociedade se sentiria vítima destes meninos. Mas, naquele momento, as vítimas são eles. E não apenas vítimas de uma violência pontual ou sistemática – como revelariam os relatórios sobre extermínio de menores que viriam à tona – mas de uma violência estrutural, que reserva a miséria e o abandono a amplas camadas da sociedade.

É o que mostra a retranca “Quatro crianças são mortas por dia”, também publicada na página 4. O texto faz uma retrospectiva do problema a partir dos números apurados na CPI do Extermínio de Meninos e avança na análise das causas.

(...) A CPI do Extermínio de Meninos, que teve como relatora a deputada Rita Camata (PMDB-ES), apurou que 4.611 meninos de até 17 anos foram assassinados, entre 1988 e 1990, em todo o país. Em 1991, quatro crianças e adolescentes foram assassinados a cada dia e em 1992, a média diária de mortes aumentou para 4,2. A Secretaria Nacional do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua revela ainda que 85% dos meninos assassinados são do sexo masculino e que

72% são negros. (...) Além da violência, os meninos de 17 anos enfrentam um dramático quadro social. (...) Um levantamento realizado pelo Unicef em todo o Brasil mostra ainda que há 500 mil meninas trabalhando como prostitutas (Quatro..., 1993)

Outras matérias revelam, através de números e depoimentos, a dimensão que a indústria do extermínio havia alcançado no país e a indignação que o fenômeno causava na sociedade. A própria existência de uma CPI para apurar os crimes cometidos contra menores revelava o incômodo que a situação despertava.

Outras matérias avançam na direção de mostrar as relações entre o abandono de menores e a injustiça social. A própria caracterização das vítimas revela a conexão entre pobreza e vitimização, como mostra o trecho da matéria “Adulto por necessidade. Crianças poucas vezes aproveitam a idade que têm”, que mostra as impressões de um repórter dias antes de ocorrer o massacre.

Na última terça-feira, cerca de 30 meninos ocupavam os jardins em frente à Candelária. A aproximação da equipe do *Jornal do Brasil*, que queria registrar o aumento do número dos frequentadores da área, foi repelida. (...) Ao pegar o alimento, mudou de fisionomia, abraçou dois companheiros e sorriu. ‘Agora pode tirar foto da gente’, disse, voltando a ser criança’. (Ahmed, 1993)

Na construção prevalece a mesma lógica das matérias analisadas no início deste artigo. Embora, do ponto de vista legal, estejam cometendo uma infração, os personagens são, na verdade, vítimas de uma sociedade desigual, o que reforça o caráter injusto e brutal do crime.

No *Jornal O Globo*, os textos mostram de maneira mais clara o deslocamento que começa a se operar. Neles, a construção narrativa obedece a uma dupla lógica. Se por um lado, reconhece a responsabilidade de todos pela situação de abandono que levou os menores à morte, por outro, cobra do Estado uma ação no sentido de prevenir novos crimes. Por um lado, exige a apuração e punição dos culpados. Por outro, pede o recolhimento dos meninos das ruas. Enquanto o diagnóstico pertence a um discurso pautado pela política da piedade, a solução proposta baseia-se no sentimento difuso de insegurança social que permeia a comunidade de vítimas virtuais. É o que detectamos no trecho do editorial “Resposta ao horror”, publicado na capa da edição do dia 24 de julho de 1993.

Os assassinos de meninos e adolescentes que dormiam perto da Candelária são monstros; não há outra palavra, não há outra forma mais isenta de defini-los. É pouco manifestar horror contra a tragédia. A sociedade precisa também buscar no espelho a imagem de suas responsabilidades para fazer do remorso a alavanca de uma reação sensata. (...) Mas o problema permanece insolúvel enquanto alguns virem os menores de rua, indistintamente, como delinquentes; e os outros os tratarem, indistintamente, como vítimas que têm o peculiar direito de morar sob marquises e aos quais a sociedade só deve pedidos de desculpas. As duas atitudes montam o cenário dos massacres. (Resposta..., 1993)

O texto se refere especificamente ao fato de que o conflito foi desencadeado por um incidente entre PMs e um grupo de meninos, que teria apedrejado uma viatura policial após ter sido repreendido por vender cola no local. Mas também se refere ao fato de ONGs e entidades filantrópicas terem entrado com um mandato na Justiça contra o

recolhimento de menores das ruas do Rio.

Nem delinquentes, nem vítimas. Os menores de rua eram, de fato, um problema social. Mas sua presença denunciava, ao mesmo tempo, a pobreza extrema vivida por parte da população e a incapacidade do Estado em lidar com as consequências dela. Observe-se que já não se questionam as causas da pobreza, nem se cobram providências para reduzi-la. Pede-se, enfaticamente, eficiência para lidar com suas consequências.

A ideia fica mais clara quando analisamos a reportagem que trata da inauguração, às pressas, de um centro social para menores, “Pais desesperados procuram os filhos”. Num trecho, uma das mães que havia chegado ao centro à procura de seu filho se mostra aliviada com a inauguração.

(...) A notícia da chacina se espalhou rapidamente, principalmente na Favela do Rato Molhado, no Engenho Novo, onde mora boa parte das crianças que se encontrava na Candelária na madrugada de ontem. (...) - Aqui eles têm comida, roupa limpa e estão seguros. É melhor aqui do em casa, onde só tem arroz e feijão - comentou a mãe de um sobrevivente da chacina, de 12 anos. (Pais..., 1993)

O depoimento reitera a ideia de uma sociedade estratificada entre pobres e ricos sem questionar a estrutura que produziu esta estratificação. Transfere ao Estado a tarefa de cuidar dos filhos dos pobres, uma vez que estes não dispõem do mínimo. E designa ao leitor o papel de fiscal da ação do Estado frente ao produto da desigualdade. Esta mudança narrativa se acentuará ainda mais nos anos seguintes, deslocando os papéis no interior do discurso, a partir de uma nova concepção sobre os efeitos da pobreza e suas vítimas.

No decorrer dos anos 2000, com o aumento do poder de fogo do tráfico e os episódios espetaculares entre policiais e bandidos, fartamente noticiados pela mídia, a sensação de insegurança na cidade tornou-se um lugar comum. Vaz (2009) cunhou uma expressão para designar o sentimento difuso que une estranhos na contemporaneidade em torno do medo e sensação de risco: comunidade de vítimas virtuais. Participar desta comunidade significa sentir-se na iminência de sofrer os mesmos danos que outros no dia-a-dia de uma cidade repleta de riscos com um Estado incapaz de contê-los.

No nosso caso particular, selecionamos o risco número um quando se trata da cobertura midiática – a criminalidade violenta – mas a expressão se aplica ao estudo de outros riscos contemporâneos: doenças endêmicas, catástrofes naturais, poluição, erros médicos. Em todos eles, o que há de específico na cobertura midiática é uma estrutura narrativa que convida o leitor a identificar-se com o sofredor, não de maneira a mobilizar-se para conter aquele sofrimento, mas de modo a fazê-lo sentir-se na iminência de tornar-se, ele mesmo, uma vítima.

Para entender melhor os elementos que compõem a narrativa do sofrimento de estranhos, selecionamos um caso exemplar, publicado já no ano de 2010, quando a narrativa do risco está consolidada e o projeto de pacificação, iniciado em 2008, no Morro Santa-Marta, tornou-se a cobiçada solução para o problema das favelas. O episódio narra a morte do jovem Júlio César, morador de Cidade Alta, atingido por uma bala perdida na madrugada do dia 18 de setembro de 2010, quando saía para trabalhar. A reportagem “PM mata 4 durante confronto em Cordovil” começa retratando os erros da operação policial que resultou na morte do rapaz. A imprudência e a imperícia são flagrantes na

narrativa, que mostra a incapacidade do Estado em proteger os cidadãos, incapacidade que torna a todos os membros da comunidade do Rio de Janeiro vítimas virtuais.

A operação de 30 policiais do 16º BPM (Olaria) na Cidade Alta, em Cordovil, na noite de sábado, que resultou em quatro homens mortos e numa mulher ferida, foi deflagrada após uma denúncia anônima, na qual o informante alertou que bandidos estariam reunidos no local. (PM..., 2010)

Num outro trecho a reportagem caracteriza a vítima como um jovem alegre, trabalhador, imagem corroborada pela retranca “Sonhos interrompidos”, na qual vislumbramos o perfil de um jovem comum, como tantos outros, conforme verificamos nos trechos a seguir.

(...) - Os policiais não respeitam os moradores. O Júlio César estava indo trabalhar, mas antes parou para conversar. Era um bom garoto, todo mundo aqui gostava dele - afirmou Claudia dos Santos, amiga de Júlio César. (...) Cheio de sonhos, alegre e festeiro. Assim Júlio César foi descrito por amigos e parentes. Seus horários atestavam uma rotina árdua de trabalho e estudos. (Sonhos..., 2010)

A despeito do fato de o evento ter ocorrido dentro de uma comunidade pobre da Zona da Leopoldina, a situação que retrata é bastante conhecida de boa parte da população do Rio: confrontos entre policiais e bandidos ocorrem frequentemente e a possibilidade de tornar-se vítima de uma bala perdida amedronta a todos os que moram ou trafegam pelas chamadas áreas de risco, um sinônimo para regiões situadas no entorno de morros e favelas.

Ocorre que a possibilidade de ser efetivamente vitimado por uma bala perdida aumenta drasticamente quando se vive dentro de uma área controlada pelo tráfico, em que a modalidade de presença do Estado caracteriza-se basicamente pela força policial. Esse é o caso de Cidade Alta, conjunto habitacional localizado em Cordovil, no subúrbio do Rio de Janeiro, e habitado por ex-moradores de favelas, realocados por programas de erradicação ao longo dos anos 1960 e 1970. Ao longo do tempo, a comunidade foi territorializada pelo tráfico de drogas e passou a conviver com a violência imposta pelo crime.

A rotina “de risco” de Júlio César, portanto, está bem distante do cotidiano da maior parte dos leitores convidados a sentirem-se parte da comunidade de vítimas virtuais da incapacidade do Estado. Júlio era um rapaz pobre e sua opção por um trabalho noturno, distante de casa, e por uma moradia em área controlada por traficantes só pode ser compreendida dentro de um universo marcado pela pobreza.

As condições de vida do rapaz, no entanto, não são descritas. Tampouco a situação econômica e social da comunidade em que vive. Não se questiona a estrutura social injusta que empurra os sujeitos a opções como a dele, ampliando as possibilidades de sofrimento. Apenas os aspectos gerais, com os quais a maior parte dos cidadãos é capaz de identificar-se, são descritos na reportagem.

Essa maneira de narrar o sofrimento de estranhos, segundo Vaz (2012), é típica de uma sociedade que já não se considera em dívida com os mais pobres nem crê na via política como alternativa para reduzir a distância social entre ricos e pobres e, desta maneira, minimizar os sofrimentos provocados pela pobreza.

O que está em jogo não é mais o direito à igualdade, a bandeira iluminista que mobili-

zava a sociedade até os anos 1980 num esforço coletivo pela redução da pobreza, causa de todos os males sociais, mas o direito individual à felicidade, como meta única de cada cidadão. Dentro deste contexto, o papel do Estado não é mais o de representante legítimo da sociedade, mas o de provedor dos recursos para tornar alcançável a meta desta comunidade específica.

O papel da mídia nesta sociedade deixa de ser o de testemunho do sofrimento de estranhos, encarregado de narrá-lo para proporcionar a visibilidade que produzirá a ação política em prol dos sofrendores. Tornou-se, na verdade, porta-voz de uma comunidade de vítimas virtuais, que exige do Estado, numa relação do tipo cliente-fornecedor, eficácia na contenção dos riscos que ameaçam a plena felicidade individual.

Por fim, a favela passou a incorporar o maior risco para que este bem supremo seja alcançado. Portanto, sua erradicação – como sintoma da pobreza – não se configura no universo de ações para reduzir a desigualdade, mas como meta para redução dos riscos. As vítimas, agora, estão fora da favela.

É dentro deste quadro marcado pela cultura do medo e pela estigmatização das favelas, fonte do risco contemporâneo, que podemos entender a emergência de uma política de pacificação no Rio de Janeiro. Sua representação dialoga com a construção da favela como um território em guerra contra o Estado. Observe que o Estado de guerra se sobrepõe ao Estado de direito, construindo uma zona de exceção em torno dos grandes complexos de favelas do Rio de Janeiro e autorizando ações arbitrárias. A defesa da segurança pública suplanta a defesa dos direitos democráticos.

No entanto, a estrutura discursiva das matérias sobre a “retomada” dos territórios favelados, enfatiza o caráter pacífico das operações, a despeito das imagens das operações, que mostram soldados armados e tanques de guerra. É curioso que, nesta estrutura, os favelados apareçam como as vítimas dos bandidos e a ação libertadora do estado como uma chave para transformação de suas vidas. O resgate dos territórios favelados das mãos de bandidos representa, neste discurso, a incorporação da favela à cidade, mas também a retomada dos espaços limítrofes pelos moradores da cidade formal.

Como revela o depoimento do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, na reportagem sobre a ocupação do Morro do Borel, publicada no jornal *O Globo* de 29 de abril: “[...] Para pacificar a Tijuca como um todo temos que fazer isso (a ocupação) num número importante de favelas” (Agora..., 2010).

A emergência de uma política de pacificação, portanto, dialoga com uma sociedade que “acostumou-se” a olhar para a favela a partir da janela da violência urbana, desconectada de suas causas geradoras, e que elegeu a segurança como questão pública número um. Isto ficou bastante evidente durante a cobertura da campanha para o Governo do Estado, naquele ano. Plataforma eleitoral do candidato à reeleição, as UPPs ocuparam um espaço privilegiado no noticiário político e na editoria local. Das 90 matérias identificadas pela pesquisa no jornal *O Globo*, 25 construíam a questão da segurança pública, relacionando-a com a adoção das UPPs, como mostra a tabela 3.

TABELA 3 – Enquadramento *O Globo* – Anos 2010

Questão Pública	Enquadramento	Argumento	Palavra-chave	Frequência no noticiário	Percentual
Habitação	Carência	É preciso intervir na favela de maneira a oferecer aos moradores condições dignas de sobrevivência.	Saneamento, remoções, habitação popular, melhorias	4	4%
Direitos humanos	Carência	É discurso que identifica um gap de direitos humanos n tratamento dado à população favelada. Esse gap é considerado um desrespeito e associado à injustiça social. Lembra o discurso de limpeza moral realizado hoje pelos moradores de favela, uma vez que a noção de trabalho opera como um atestado de cidadania para os personagens das narrativas.	Trabalhadores, polícia, desrespeito	1	1%
Crime comum	Criminalidade/ Violência	A questão do crime passional, do acerto de contas e mesmo de assaltos e roubos não ligados ao tráfico de drogas é construída em pequenos registros policiais, em que a favela aparece como palco ou refúgio de bandidos, não exatamente como fonte de criminalidade, embora a representação produzida seja ligada a ela.	Assaltos, se escondeu, morador, tiros, morte	2	2%
Fonte de violência	Criminalidade/ Violência	Traficantes alteram a rotina da cidade, sobretudo a dos moradores do entorno das favelas, criando áreas de risco.	Medo, assustados, terror, pânico, balas perdidas, confronto, tiroteio	26	29%
Venda de drogas	Criminalidade/ Violência	Este discurso identifica a favela como principal ponto de venda e distribuição de drogas. Neste período, a venda de drogas é tratada como um problema unicamente de favela	Traficantes, venda de drogas	3	3%
Ameaça ecológica	Mancha na paisagem urbana	A presença de favelas, neste tipo de construção discursiva, ameaça o meio ambiente, seja pela degradação que provoca nas encostas de morros, seja pela poluição que lança os cursos d'água.	Ecolimites, contenção, expansão da favela, entulho.	2	2%
Sujeira/ Decadência	Mancha na paisagem urbana	Neste discurso, o aspecto da ilegalidade é reforçado por uma descrição do ambiente que enfatiza não apenas a precariedade decorrente da falta de recursos, mas o desleixo material e moral da população favelada.	Irregular, interdição, precário	2	2%
Ilegalidade	Criminalidade/ Violência	Da propriedade da terra ao uso de serviços públicos, tudo é ilegal nas favelas.	Ilegal, informal, invasores, ocupação, cadastramento, legalização	11	12%
O berço do samba	Cultura popular/ Autência	É o discurso dos cadernos de cultura por excelência, que valorizam e romantizam o samba como expressão da cultura popular.	Cultura, samba-enredo, escola de samba, alegria	3	3%

Artes cênicas	Cultura popular/ Autência	Ao longo dos anos 2000, uma filmografia sobre a favela e posteriormente feita a partir da favela tornou os circuitos tradicionais. Algumas das matérias que tratam do assunto são enquadradas sob a perspectiva de uma cultura popular/autêntica	Curso, atores, realidade	2	2%
---------------	------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	---	----

Apesar do discurso a respeito da ocupação social, a preocupação se resume à segurança, como os cálculos deixam claro. Desde os anos 2000, as questões subjacentes à pobreza que apareciam nas décadas anteriores desvinculam-se quase que totalmente da favela, deslocando-se para as páginas de política e economia. Mas em 2010 elas tornam-se ainda mais claras, sobretudo no período eleitoral. Uma pálida lembrança desta cobertura revela-se nas reportagens que constroem a questão da habitação, ainda associada à ideia de carência⁶.

O enquadramento da favela a partir da criminalidade e a adoção das UPPs como solução para a violência urbana aparecem de maneira tão explícita que o jornal **O Globo** chega mesmo a fazer as contas de quanto custaria implantar uma unidade em cada favela carioca. A conclusão é que bastariam R\$ 321 milhões, ou, como diz o jornal, apenas um milésimo do PIB carioca. O custo se refere à colocação de um policial para cada 100 habitantes de favelas, o que daria uma média de 100 policiais em 107 comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrando as pesquisas de MacCombs e Shaw (1972) a respeito do debate eleitoral americano, nos anos 1960 e 1970, em que ficou evidente a influência da cobertura jornalística sobre a opinião pública, as reportagens sobre violência nos ajudam a entender como a ideia de risco passou a pautar o debate público sobre a favela. A incidência e a concentração dos jornais em torno do assunto criou um agendamento da segurança como questão pública mais relevante do momento e a instalação das UPPs em favelas como solução para o problema.

O melhor exemplo deste agendamento se deu nas eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2010, em que o candidato à reeleição assumiu a política das UPPs como plataforma de campanha. Mesmo os candidatos de oposição defendiam a manutenção da política de pacificação e propunham avanços a partir do modelo já consolidado. O resultado disso foi um pleito sem surpresas, com a reeleição do governador Sérgio Cabral já no primeiro turno e com ampla margem de votos⁷.

Não queremos dizer que a violência urbana, sobretudo a que acomete as populações mais pobres, submetendo-as a uma dupla contingência – a da violência policial e a do tráfico de drogas – não seja relevante. Ao contrário, enfatizamos a necessidade de pensar a questão a partir de suas causas geradoras, propondo políticas que não apenas contenham o sintoma. Nossa crítica volta-se, portanto, a adoção de políticas que reduzem os problemas decorrentes da pobreza e da estigmatização da população favelada à questão de polícia. Sobretudo, propomos uma reflexão a respeito da responsabilidade jornalística

⁶ Nossa pesquisa, em 2010, não registrou a mesma amostra em ambos os jornais em função de um fato já esperado: a suspensão da circulação do JB, em setembro daquele ano. Dada a dinâmica da edição online, optamos por darmos continuidade à pesquisa, a partir dali, apenas com o jornal.

⁷ No dia da eleição, **O Globo** anunciava que aquelas eram as eleições menos disputadas em 21 anos (Vasconcellos, 2010), com uma diferença nas intenções de votos de 40% entre o primeiro e o segundo colocados ao longo de toda campanha.

ca, a partir dos mecanismos de agendamento e enquadramento, por este reducionismo.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Pnud, Fundação João Pinheiro e Ipea. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 02 jun. 2014.

BECKETT, Katherine. **Making Crime Pay: Law and Order in Contemporary American Politics**. New York: Oxford University Press, 1997.

CONDORCET, J. A. N. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Unicamp, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise**. Tradução Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

HALLAHAN, Kirk. **Seven Models of Framing: Implications for Public Relations**. Journal of Public Relations Research, n. 3, p. 205-242. Disponível em: <<http://www4.ncsu.edu/~amgutsch/Hallahan.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2014.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media, 1972**. In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

ROCK, Paul. **Sociological theories of crime**. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert. The Oxford Handbook of Criminology. 3 ed. Oxford University Press, 2002.

VAZ, Paulo. **Vítima virtual e mídia**. In: Surveillance in Latin America - Vigilância, Segurança e Controle Social, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: Universitária Champagnat, PUCPR, 2009, p. 51-69. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoA_A43_pp51-69.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. **Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas**. Revista Contracampo, Niterói, n. 25, p. 24-42, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewFile/291/122>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Reportagens

AHMED, Marcelo. **Adulto por necessidade. Crianças poucas vezes aproveitam a idade que têm.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jun. 1993. Caderno Cidade, p. 4.

AGORA faltam Salgueiro, Macacos e Andaraí. O Globo, Rio de Janeiro, p. 18, 29 abr. 2010.

CORRÊA quer mobilizar estados contra crimes. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p.3, 11 jan. 1993.

EVANDRO é contra a consulta. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 03, 11 jan. 1993.

GRUPOS antitortura dão apoio à viúva do pintor morto por espancamento. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 08, 19 jun. de 1986.

INVASORES ocupam 980 casas de conjunto em Itaboraí. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 07, 21 jan. 1986.

INVASORES ocupam conjunto. O Globo, Rio de Janeiro, p. 10, 21 jan. 1986.

INTERNOS param trabalho em mais três presídios. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 9-b, 17 out. 1986.

MAIORIDADE aos 16 anos divide igreja e judiciário. O Globo, Rio de Janeiro, 15 nov. 2003. Capa.

NOS EUA, crimes não diminuíram. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 03, 11 jan. 1993.

OAB denuncia o extermínio de menores. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de mai. 1993. O país.

PADRE: 'Aplicação da pena não é pecado.' O Globo, Rio de Janeiro, p. 03, 11 jan. 1993.

PAIS desesperados procuram os filhos. O Globo, Rio de Janeiro, p.14, 24 jul. 1993.

PESQUISA mostrou maioria favorável. O Globo, Rio de Janeiro, p. 03, 11 de jan. 1993. PM mata 4 durante confronto em Cordovil. O Globo, Rio de Janeiro, p. 13, 18 set. 2010.

PM ocupa sete favelas da Tijuca sem nenhum tiro. O Globo, Rio de Janeiro, 29 abr. 2010, capa.

QUATRO crianças são mortas por dia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 04, 24 jul. 1993.

RESPOSTA ao horror. O Globo, Rio de Janeiro, 24 jul., 1993. Capa.

SIMON pede debate sobre a pena de morte. O Globo, Rio de Janeiro, p. 03, 11 jan. 1993.

SONHOS interrompidos. O Globo, Rio de Janeiro, p. 13, 21 ago 2010.

SILVA, Aguinaldo. **Todos somos responsáveis.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jun. 1993. Caderno Cidade, p. 4.

UMA CATEDRAL no coração da cidade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jun. 1993. Caderno Cidade, p.1.

UPP em todas as favelas do Rio custaria R\$ 321 milhões. O Globo, Rio de Janeiro, 13 dez. 2010.

VASCONCELLOS, Fábio. **Cabral em céu de brigadeiro, e turbulências para o Senado.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 39, 3 out. 2010.

Teses e dissertações

FELIX, Carla Baiense. **Territórios proibidos: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais.** 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação da ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.